

DESAFIOS DA URBANIZAÇÃO PARA AS COMUNIDADES INDÍGENAS: OS IMPACTOS NA VIDA COMUNITÁRIA E SOCIAL.

Lucas dos Santos ¹
Jesse Gonçalves Cutrim²

INTRODUÇÃO

A urbanização dos povos indígenas no Brasil é um fenômeno histórico e contemporâneo que suscita múltiplas camadas de análise, envolvendo deslocamentos territoriais, transformações culturais e novas formas de sociabilidade. O contato entre as comunidades indígenas e os centros urbanos tem produzido experiências diversas, marcadas tanto pela resistência, quanto pela reelaboração de sua identidade cultural e por uma fragmentação das redes de parentesco. A migração indígena para as cidades, inicialmente associada à busca por condições de sobrevivência, educação e trabalho, converteu-se em um processo de convivência entre mundos distintos e, ao mesmo tempo, interligados.

Durante muito tempo, a antropologia e as políticas públicas trataram a presença indígena nas cidades como um indício de “assimilação” ou “perda da cultura”. Essa concepção parte de um olhar colonial, que associa o indígena à floresta e ao espaço rural, e o urbano à modernidade ocidental. Entretanto, conforme observa Melatti (2014), os povos indígenas possuem modos próprios de adaptação e interação, recriando continuamente seus valores e práticas em novos contextos. Assim, o fenômeno urbano não deve ser entendido como simples ocidentalização, mas como um campo de trocas, negociações e reinvenções.

A presença indígena nos espaços urbanos desafia concepções tradicionais de territorialidade. Como observa Viveiros de Castro (2002), a identidade indígena não é uma essência imutável, mas uma forma relacional de existir no mundo. Nessa perspectiva, a cidade se torna um novo território simbólico, onde se constroem experiências híbridas

¹ Graduando do Curso de **História** da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, MA. lucas.dos.santos@uemasul.edu.br;

² Mestre pelo Curso de **História** da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, MA. jesscutrim@uemasul.edu.br



entre tradição e modernidade, e ao mesmo tempo, esse processo envolve contradições, uma vez que os povos indígenas enfrentam exclusão social, racismo e invisibilidade nas políticas urbanas.

A pesquisa apresentada neste resumo expandido busca compreender os impactos da urbanização na vida comunitária e social das populações indígenas brasileiras e tem como objetivo geral analisar as transformações identitárias e culturais que emergem do contato com o espaço urbano, bem como as estratégias de resistência e de preservação cultural utilizadas por essas comunidades. Especificamente, pretende-se identificar como os indígenas articulam novas territorialidades nas cidades e de que modo essas experiências desafiam os discursos de integração e aculturação.

A justificativa repousa na importância de compreender a pluralidade das experiências indígenas contemporâneas, rompendo com estereótipos ainda presentes no imaginário social. Com base em um levantamento teórico e analítico, pretende-se demonstrar que a urbanização indígena não representa a perda da identidade, mas a reconfiguração de modos de ser e de viver.

METODOLOGIA

A metodologia adotada fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e analítico, com base em autores clássicos e contemporâneos da etnologia indígena e dos estudos urbanos. Foram mobilizadas obras como as de Júlio César Melatti (2014), Gordon (2006), Viveiros de Castro (2002), Cardoso de Oliveira (1968), Andrello (2006), Lasmar (2005), e Alexandra Barbosa da Silva (2007). Esses autores contribuem para a compreensão das dinâmicas sociais e simbólicas que marcam a relação entre os povos indígenas e o espaço urbano.

O trabalho teve como foco a leitura e sistematização de análises etnográficas, que permitem observar a experiência urbana indígena não como mera assimilação, mas como um processo de transformação cultural e social. O levantamento das fontes foi orientado pela busca de diferentes pontos de vista sobre as formas de inserção indígena nas cidades, bem como sobre as permanências e rupturas parentais e culturais advindas desse processo.

A metodologia, portanto, envolve três etapas principais: (1) levantamento bibliográfico e revisão de literatura sobre urbanização indígena e territorialidade; (2) análise comparativa das interpretações teóricas sobre as experiências de migração e



adaptação urbana; e (3) sistematização das discussões e resultados em categorias analíticas que evidenciem os impactos socioculturais da urbanização.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico baseia-se na concepção de que as culturas indígenas não são entidades fixas, mas sistemas dinâmicos que se transformam diante das mudanças históricas e territoriais. Cardoso de Oliveira (1968), foi um dos primeiros antropólogos brasileiros a problematizar o conceito de “integração”, argumentando que o contato entre indígenas e sociedade nacional não implica, necessariamente, a perda da identidade étnica. Ao contrário, os grupos constroem fronteiras simbólicas que asseguram a continuidade de suas diferenças.

Andrello (2006), amplia essa discussão ao propor a ideia de “cidade do índio”, um espaço urbano reinterpretado segundo lógicas próprias de parentesco e sociabilidade. Ele demonstra que, mesmo em meio à vida urbana, as comunidades indígenas mantêm práticas coletivas que reafirmam sua identidade. Lasmar (2005), também avulta que a experiência urbana não apaga a memória dos territórios de origem, mas estabelece novas formas de pertencimento e de solidariedade entre os grupos.

Viveiros de Castro (2002), reforça a necessidade de romper com o pensamento dualista que opõe tradição e modernidade. Para ele, o “ser indígena” é sempre um processo relacional, construído na interação com o outro. Assim, viver na cidade não significa deixar de ser indígena, mas vivenciar o que ele chama de “indianidade” em novas condições. Melatti (2014), chama a atenção para o risco de utilizar a expressão “índio urbano” como uma categoria que implica ruptura, quando, na verdade, o que ocorre é uma transformação contínua das formas de vida. Da mesma forma, Alexandra Barbosa da Silva (2007), destaca que os Guarani do Mato Grosso e outras comunidades indígenas reproduzem nas cidades estruturas de sociabilidade semelhantes às comunidades, ainda que adaptadas ao contexto urbano.

Esses pontos de vistas teóricos, mostram que a urbanização indígena deve ser entendida como um fenômeno cultural e político, que envolve resistência, criatividade e reinvenção.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa evidenciam a existência de múltiplas formas de inserção indígena nas cidades brasileiras, variando de acordo com o grupo étnico, a trajetória migratória e as condições sociais de cada comunidade. As análises mostram que o fenômeno urbano não é homogêneo, mas marcado pela diversidade de experiências e pela capacidade de ressignificação cultural.

Os Pankararu, migrados para São Paulo e Rio de Janeiro, exemplificam como a presença indígena nas periferias urbanas mantém vínculos simbólicos e religiosos com o território de origem. Essa experiência, segundo Andrello (2006), ilustra o conceito de “territorialidade ampliada”, em que a identidade indígena ultrapassa os limites físicos da aldeia. Já os Guarani do Mato Grosso e de outras regiões mantêm, mesmo em cenário urbano, o conceito de “tekoá” o lugar onde se vive conforme as tradições o que demonstra que a cidade pode ser reinterpretada como território cultural.

A urbanização deve ser compreendida em duas dimensões complementares: a material e a simbólica. A primeira refere-se às transformações físicas do espaço (infraestrutura, moradia, mobilidade e densidade populacional), enquanto a segunda diz respeito às formas de sociabilidade e solidariedade mantidas pelos indígenas. Lasmar (2005), observa que a permanência de vínculos familiares e comunitários é essencial para a reprodução da identidade coletiva.

Nos estudos de Alexandra Barbosa da Silva (2007), a vivência indígena urbana é analisada como processo de recriação de referências simbólicas. Mesmo distantes de suas terras tradicionais, os grupos mantêm rituais, festas e redes de



ajuda mútua, o que demonstra que o espaço urbano é também um campo de resistência cultural. Para Gordon (2006), esse processo revela uma “economia simbólica da sobrevivência”, na qual as relações de reciprocidade e solidariedade substituem a lógica individualista das cidades.

Outro aspecto relevante identificado é o surgimento de organizações e coletivos indígenas urbanos, que buscam garantir direitos, promover políticas públicas e dar visibilidade às suas causas. Essa atuação política reflete a consciência crescente de que o ser indígena nas cidades não se reduz a uma categoria transitória, mas constitui uma realidade sociocultural permanente.

Os resultados, portanto, demonstram que a urbanização não dissolve as comunidades indígenas, mas as transformam, ampliando o repertório de experiências culturais. A cidade, nesse sentido, se torna um novo território de resistência, onde o ser indígena é recriado cotidianamente por meio de práticas sociais, políticas e espirituais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A urbanização, longe de representar a perda da identidade indígena, tem produzido novas formas de ser e viver, os povos indígenas demonstram capacidade de adaptação, resistência e criatividade, ressignificando o espaço urbano sem abandonar suas referências culturais. Esse processo revela que o urbano também pode ser indígena, na medida em que se torna cenário de novas territorialidades e solidariedades.

Os resultados indicam que a compreensão da urbanização deve ultrapassar o paradigma da assimilação, reconhecendo-a como um processo de interação e transformação. Os povos indígenas ampliam o conceito de cidade, inserindo nela suas práticas de parentesco, espiritualidade e coletividade. Ao fazer isso, revelam a pluralidade da sociedade brasileira e desconstruem a visão homogênea do urbano como espaço exclusivamente ocidental.

Contudo, pode-se concluir que o reconhecimento das populações indígenas urbanas é fundamental para a construção de políticas públicas inclusivas, que respeitem as especificidades culturais e garantam o direito à diferença. A urbanização não deve ser vista como ruptura, mas como continuidade histórica em novos contextos sociais.



Palavras-chave: Urbanização; Comunidades indígenas, Identidade Cultural, Parentesco, Resistência.

REFERÊNCIAS

- ANDRELLO, Geraldo. *Cidade do Índio*. São Paulo: UNESP, 2006.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Urbanização e Tribalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- GORDON, César. *Economia Selvagem*. São Paulo: UNESP, 2006.
- LASMAR, Cristiane. *De Volta ao Lago do Leite*. São Paulo: UNESP, 2005.
- MELATTI, Júlio Cesar. *Índios do Brasil*. 9. ed. Brasília: Editora da UnB, 2014.
- SILVA, Alexandra Barbosa da. *Do Guarani no Mato Grosso ao Guarani Urbano*. 2007.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A Inconstância da Alma Selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.
- BAPTISTA, C. R. *et al.* *Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas*. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

